



**A FORÇA
DO BLOCO
FAZ A
DIFERENÇA**





PRECARIEDADE: NEM NO ESTADO NEM NO PRIVADO

A precariedade e os baixos salários são a regra nas relações laborais. Quem trabalha deve ter direitos e salários que permitam uma vida digna.

Não queremos viver numa porta giratória entre a instabilidade do desemprego,

a ameaça do despedimento e a emigração. Foi por isso que o Bloco exigiu a abertura de um processo para garantir contratos com direitos a quem já trabalha nos serviços públicos em situação precária. Agora, chegou a vez de se fazer o mesmo nas autarquias e no setor privado.

O BLOCO PROPÕE

Ir mais longe no combate à precariedade, limitando o número de renovações de contratos de trabalho temporário, taxando mais as empresas que abusam da rotatividade de trabalhadores, acabando com os cortes no subsídio de desemprego e as exceções que tiram direitos aos jovens à procura do primeiro emprego e aos desempregados de longa duração.

A HABITAÇÃO É UM DIREITO, COMO A EDUCAÇÃO OU A SAÚDE



O direito à habitação está a ser ameaçado pelo aumento brutal do valor das casas e dos quartos nas nossas cidades. O mercado de arrendamento vai despejando os nossos vizinhos, as nossas famílias e os nossos amigos.

Do outro lado da balança, **faltam residências universitárias**, a única solução para muitos estudantes longe das suas casas de família. E as que existem são também ameaçadas pela especulação imobiliária e atiradas para a periferia, longe das nossas escolas e faculdades.

O BLOCO PROPÕE

Os benefícios do turismo devem estar ao serviço de todos, com regras claras para negócios como o Airbnb e contrapartidas que valorizem os nossos direitos, em vez de os ameaçar. O financiamento ao programa de arrendamento jovem Porta 65 tem de ser reforçado, as autarquias devem criar bolsas municipais de arrendamento e mobilizar o seu património para habitação a custos controlados.



COMBATER O TRÁFICO, LEGALIZAR A CANÁBIS

A descriminalização das drogas trouxe resultados para a saúde pública que fizeram de Portugal um exemplo elogiado e seguido por muitos outros países.

Mas há uma hipocrisia que subsiste na lei. As pessoas não são criminalizadas

por consumir cânabís, mas são impedidas de cultivar ou de comprar para o seu consumo. **A lei continua a empurrar as pessoas para o mercado negro,** onde as redes criminosas lucram e o controlo de qualidade das substâncias não existe. A ilegalidade só interessa aos traficantes e a quem os protege.

O BLOCO PROPÕE

O Bloco de Esquerda defende que a cânabís deve ser legalizada, quer para fins medicinais, quer para fins recreativos. Os consumidores devem poder associar-se para o cultivo e abastecimento. Os médicos devem poder receitar cânabís em casos onde os seus benefícios já estão comprovados por estudos científicos.

**APOIA E PARTICIPA NA CANDIDATURA DO
BLOCO DE ESQUERDA DO TEU CONCELHO**

Contacta-nos: bloco.esquerda@bloco.org | 213 510 510

Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa

www.bloco.org | www.esquerda.net

